

**PORTARIA Nº 035/2020**

**ALTERA A NORMA QUE REGULA O
ACESSO RODOVIÁRIO DE CAMINHÕES
AO PORTO ORGANIZADO DE SUAPE.**

O **DIRETOR PRESIDENTE** da empresa **SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS**, empresa pública criada pela Lei Estadual nº 7.763, de 07 de novembro de 1978, e alterada pela Lei nº 16.441, de 30 de outubro de 2018, com disciplinamento estatutário pelo Decreto nº 47.170/2019, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.448.933/0001-62, sediada no Engenho Massangana, à altura do Km - 10, da Rodovia PE - 60, no Município de Ipojuca – PE, no uso das suas atribuições e competências.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação dos regramentos e normativos legais que compõem o arcabouço jurídico do Chamamento Público nº 001/2017;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 077/2017;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 082/2018;

CONSIDERANDO a necessidade de uma gestão/fiscalização eficaz dos contratos firmados com o Porto de Suape;

CONSIDERANDO a adequação dos pátios as necessidades operacionais do Porto de Suape;

CONSIDERANDO a dificuldade enfrentada nos últimos meses pela pandemia do coronavírus (COVID-19), a qual, dentre outros fatos, interferiu no cronograma da execução das obras privadas e nas atividades rotineiras;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que a Coordenadoria de Concessões e Participações – CCP edite e publique normativo detalhando o modelo de fiscalização, contendo todos os requisitos a serem cumpridos, no âmbito dos contratos de adesão para exploração dos pátios de triagem pelas empresas credenciadas pelo processo instituído através da Portaria nº 077/2017.

Art. 2º Estabelecer que a Coordenadoria de ISPS/CODE edite e publique normativo detalhando o procedimento operacional de acesso ao PC1, vinculado ao Plano de Segurança Portuária, contendo o disciplinamento operacional para o cadastramento dos usuários isentos ou em regime de excepcionalidade, conforme dispõe o §7º do art. 2º da Portaria nº 077/2017.

Art. 3º A Portaria nº 077/2017 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.

§ 7º Não se aplica ao disposto no §4º deste artigo o fluxo de caminhões relativos a:

I – Carga de projeto ou carga de operação especial. Entende-se por carga de projeto ou carga de operação especial, aquelas cargas cujas medidas, dimensões e peso ficam fora dos padrões que permitem o embarque em contêineres, trata-se de toda carga que exige a criação de uma cadeia logística diferenciada visando atender uma demanda única. Como por exemplo, reatores, turbinas, transformadores, geradores, guindastes, plataformas, usinas completas, pás eólicas e equipamentos de grande porte, dentre outros;

II – Serviços internos do Porto;

III – Obras de ampliação de infraestrutura, manutenção e reparos em geral;

IV – Suprimentos para embarcações;

V – Instituições e órgãos públicos;

VI – Outros veículos não relacionados à movimentação de cargas, inclusive embarque e desembarque em terminal portuário, como automóveis de passeio, ônibus, vans e similares, que façam o transporte de passageiros destinados à área portuária.

“Art. 3º

§ 1º. Além dos serviços de triagem, o pátio deverá oferecer área de estacionamento, com disponibilidade mínima de 500 (quinhentas) vagas de capacidade estática, que poderá ser localizada em até duas áreas próprias e de uso comum, contiguas ou não, desde que ambas ofereçam os serviços previstos no § 3º deste artigo, podendo Suape, justificadamente demandar sua expansão, a ser realizada em prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir da solicitação e anuência.

§ 3º. Os serviços mínimos a serem oferecidos pelas empresas credenciadas deverão atender aos seguintes:

II - A quantidade de cabines de acesso e portões de saída devem ser suficientes para evitar o tempo de espera em fila e o atendimento no procedimento de entrada, não devendo o processo, como um todo, ultrapassar 5 minutos, assegurando atendimento confortável e eficiente ao usuário, nos moldes dos seguintes padrões e definições:

- a. Tempo de espera em fila - é o tempo contado entre a chegada de um veículo ao acesso do Pátio de Caminhões e o seu posicionamento junto à cabine de entrada, este devendo ser igual ou inferior a 4 minutos, em 85% (oitenta e cinco por cento) das operações, devendo, se necessário, ser mantido um local suficiente para espera, anterior às cabines;

- b. Tempo de espera para procedimento de entrada – é o tempo necessário à autorização da entrada do veículo ao pátio de triagem pelo operador e/ou sistema automático, contado a partir de chegada do veículo ao portão de acesso (*gate*) e a sua autorização de entrada ou liberação automática, este devendo ser igual ou inferior a 1 minuto, em 85% (oitenta e cinco por cento) das operações.

“Art. 7-A. A empresa credenciada poderá solicitar a homologação definitiva do projeto para início das operações, desde que atenda integralmente os critérios estabelecidos nesta Portaria e demais dispositivos legais associados, podendo ser requerido a qualquer tempo, observando o prazo máximo estabelecido por Suape e desde que seja apresentado plano de contingenciamento para evitar a disseminação da COVID-19.

Parágrafo Único. A empresa credenciada que opte em realizar testes operacionais e de integração entre os sistemas dos terminais localizados na área do porto organizado e do Porto de Suape, poderá requerer a homologação do projeto em caráter preliminar/provisório, denominado de *soft opening*, devendo cumprir os seguintes requisitos:

- I – Formalizar requerimento perante a Administração de Suape;
- II – Comprovar a conclusão da implantação do pátio e da integração do sistema;
- III – Apresentar cronograma de implantação e teste mencionando o período e o escalonamento dos terminais;
- IV – O cronograma de execução para implantação em caráter de *soft opening* consta no ANEXO 1 – CRONOGRAMA PARA EXECUÇÃO, desta portaria.
- V – Não realizar cobrança de tarifas e/ou taxas comerciais durante este período;
- VI – O prazo máximo para solicitação de homologação do projeto em caráter preliminar/provisório, denominado de *soft opening*, é o mesmo estabelecido na Portaria 032/2020.

ANEXO III - DO REGULAMENTO

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DOS PÁTIOS PARA CAMINHÕES

“Art. 2º

- III - Unidade de atendimento de primeiros socorros, em sala específica;

Art. 4º A Portaria nº 082/2018 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 24-A. Poderão solicitar a SUAPE, o procedimento operacional denominado de ‘triagem especial’, exclusivamente, os caminhões utilizados ou a serviço da empresa que estiver dentro da área de concessão da rodovia pedagiada e na ZI - Zona Industrial do Complexo Logístico Industrial de Suape, conforme Decreto Estadual nº 37.160, de 23 de setembro de 2011, mediante cumprimento de todos os seguintes requisitos:

- I - A triagem especial é dedicada exclusivamente às empresas do seguimento industrial, vinculada à movimentação de carga própria e/ou matéria prima específica associada à sua produção industrial;

II - A triagem especial só poderá ser solicitada por empresa que comprove alteração no percurso já realizado pelos veículos de forma ordinária, entre a empresa e o portão de acesso ao Porto Organizado de Suape, considerando a necessidade de desvio de rota para realização da triagem nos moldes padrões;

III - Comprove, dentro da sua média anual, que a passagem por pátio de triagem credenciado acarretaria mais de 1.000 (hum mil) agendamentos ao mês;

IV - Comprove ter área interna dedicada e com vagas de estacionamento suficientes para acomodação dos veículos que diariamente ali adentrarem, respeitando as seguintes regras:

- a. Caso as vagas da empresa não sejam suficientes para comportar toda a frota, os veículos sobressalentes terão que, obrigatoriamente, se dirigir ao pátio credenciado;
- b. As vagas utilizadas no procedimento de 'triagem especial' não terão qualquer relação com a regra disposta no art. 3º da Portaria nº 077/2017, não sendo consideradas no computo da capacidade estática exigida para o credenciado do pátio de triagem e nem da quantidade de áreas de que o pátio poder utilizar para o cumprimento da capacidade mínima exigida por Suape.

V - A empresa solicitante terá que comprovar junto ao pátio de triagem credenciado, a especificação, qualificação de cadastramento de frota própria e/ou terceirizada dedicada, nos termos determinados pelos pátios de triagens, sendo obrigatória a realização de cadastro prévio dos veículos e dos motoristas para controle e segurança, respeitando as seguintes condições:

a) Após o cadastramento e adequação da empresa como sendo detentora do direito de ser qualificado como 'triagem especial', esta deverá realizar vistoria primária no Pátio de Triagem credenciado, para inspeção do veículo, bem como coleta de dados e cadastro dos motoristas responsáveis pela frota da empresa, como condição para a homologação pelo Pátio de Triagem;

b) Realização de vistoria mensal a ser realizada pelos veículos da frota de utilizada na triagem especial.

VI - A empresa cadastrada na triagem especial assinará termo de responsabilidade por todos os veículos de sua frota e respectivos motoristas, comprometendo-se com a realização dos procedimentos através dessa modelagem, sujeitando-se a cobrança tarifária adicional, a ser efetivada pelos Pátios de Triagem, em valor fixo ou adicional, por triagem realizada, como condição para suprir os custos suplementares decorrentes dessa modalidade, responsabilizando-se pelas informações prestadas aos pátios de triagem credenciados;

VII - Será obrigatória, na unidade da empresa cadastrada na triagem especial, a instalação de toda infraestrutura necessária para efetuar localmente a triagem dos veículos de carga, mediante acesso exclusivo e específico para os veículos a serem objeto de triagem, nos mesmos termos da regulamentação instituída por Suape e de todos os dispositivos legais associados, com a identificação segura dos veículos e dos condutores além da integração com pelo menos, dois sistemas vinculados aos pátios de triagem, e, conseqüentemente, ao sistema de Suape.

Parágrafo único: O processo de cadastramento como triagem especial só poderá ser implementado após a validação, por Suape, do enquadramento da empresa solicitante nos requisitos normativos aplicáveis.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Ipojuca (PE), 10 de julho de 2020.

LEONARDO CERQUINHO MONTEIRO

Diretor Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Cerquinho Monteiro**, em 11/07/2020, às 11:24, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7615612** e o código CRC **3044BE4B**.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS

Km 10, Rodovia PE-60, - Bairro Engenho Massangana, Ipojuca/PE - CEP 55.590-000, Telefone: (81) 3527-5000